



Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2015

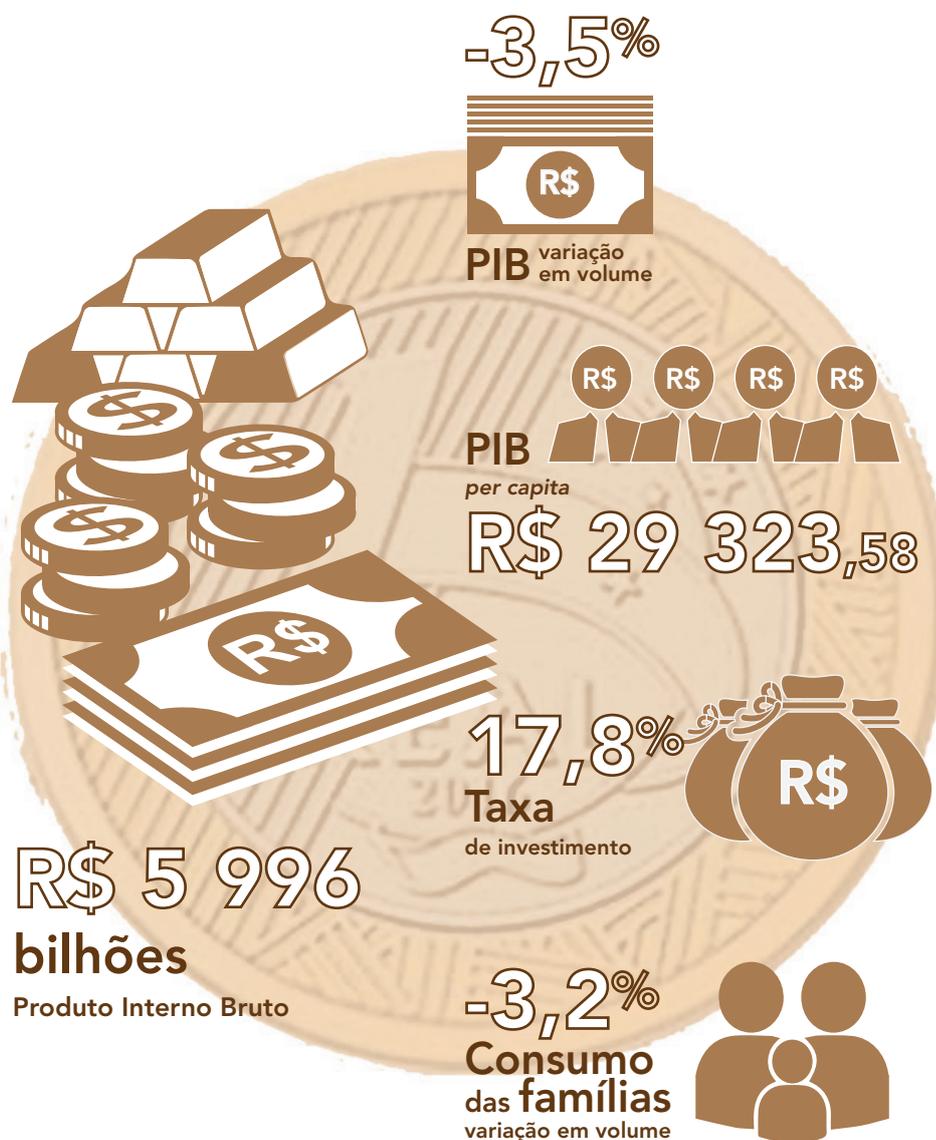
SCN

@IBGE, 2017

Dando prosseguimento à divulgação de resultados do Sistema de Contas Nacionais - SCN, referência 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta, neste informativo, comentários analíticos sobre os principais destaques do SCN 2015, fornecendo, assim, uma síntese do desempenho da economia brasileira no período. Traz, também, comparações em relação a 2014 e, para alguns aspectos, também em relação a 2000, ano de início da série¹. O SCN, cabe ressaltar, segue as recomendações internacionais do manual *System of national accounts 2008* e apresenta as informações segundo uma classificação de produtos e atividades integrada com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

O Sistema de Contas Nacionais consolida informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País. Há também dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo. As Tabelas de Recursos e Usos mostram os fluxos de oferta e demanda e, também, a geração da renda e do emprego por atividades econômicas, enquanto as Contas Econômicas Integradas fornecem o recorte da economia por setores institucionais.

¹ As Tabelas de Recursos e Usos, as Contas Econômicas Integradas e as Tabelas Sinóticas, abrangendo o período de 2000 a 2015, bem como as notas com considerações metodológicas e demais informações sobre o tema encontram-se no portal do IBGE, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>>



Em 2015, o Produto Interno Bruto - PIB apresentou queda, em volume, de 3,5%. Após o crescimento de 3,0% em 2013, observa-se, já a partir do segundo trimestre de 2014, tendência de diminuição das taxas de crescimento. O ano de 2014 registrou crescimento de 0,5% do PIB. Em valores correntes, o resultado alcançado em 2015 foi de R\$ 5 996 bilhões, com um deflator de 7,6%. O PIB *per capita* foi de R\$ 29 323,58, tendo caído 4,3%, em volume, em relação ao de 2014.

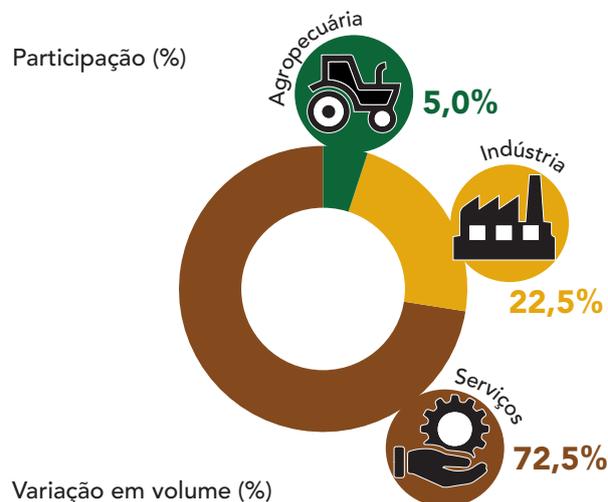
A variação negativa, em volume, do PIB em 2015 foi decorrente de uma queda de 3,2% do valor adicionado bruto e de um decréscimo, em volume, de 5,9% dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos.



Na mesma direção, as *Indústrias de transformação* também apresentaram queda de 8,5% no valor adicionado bruto, destacando-se as seguintes atividades: *Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus* (-30,0%); *Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos* (-17,0%); e *Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores* (-16,3%). O desempenho dessas atividades foi influenciado pela queda, em volume, do investimento no grupo *Máquinas e equipamentos*, que inclui os equipamentos de transporte (-22,3%). As atividades das *Indústrias extrativas* cresceram 5,7%, em volume, puxadas pelo aumento de 8,1% na produção de petróleo bruto em 2015.

Os Serviços, por sua vez, apresentaram variação negativa, em volume, de 2,7%, sendo esta a primeira queda na série do Sistema de Contas Nacionais, com resultados a partir de 1996. Entre as sete atividades que compõem o grupo Serviços, apenas a atividade *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* registrou variação, em volume, superior à observada em 2014 (0,2% de crescimento em 2015, contra 0,1%, em 2014). A variação de preços do valor adicionado das atividades de Serviços foi de 8,5%, inferior, portanto, à variação observada no ano anterior, de 10,2%. Essa combinação de variações de volume e preços em relação aos demais grupos mostrou um aumento de 1,3 ponto percentual da participação do grupo de Serviços no total do valor adicionado, a preços básicos, da economia, passando de 71,2%, em 2014, para 72,5%, em 2015.

Valor adicionado bruto a preços básicos, segundo os grupos de atividades econômicas 2015



O PIB pela ótica da produção

Quanto ao desempenho das atividades econômicas, a Agropecuária cresceu 3,3% em 2015, mantendo o desempenho positivo observado nos últimos anos (altas de 8,4%, em 2013, e 2,8%, em 2014). Esse crescimento decorreu, principalmente, do desempenho da atividade *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, que registrou aumento de 5,5%. Segundo a Pesquisa Agrícola Municipal - PAM 2015, realizada pelo IBGE, destacaram-se, no ano, o crescimento da produção de milho em grão (6,8%) e de soja em grão (12,3%).

A Indústria, por outro lado, apresentou queda de 5,8%, em volume, em 2015. Entre as atividades industriais, a *Construção* registrou a maior queda (-9,0%), acompanhada de perda de participação no valor adicionado bruto total da economia (5,7%, em 2015, contra 6,2%, em 2014). O volume de investimentos no grupo *Outros edifícios e estruturas*, que inclui grandes obras de infraestrutura, caiu 12,0% em 2015.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A atividade de *Comércio* apresentou uma queda, em volume, de 7,3%, em 2015, causada pela diminuição do volume de vendas de produtos industriais, apesar do aumento das taxas de margem de comercialização, segundo dados da Pesquisa Anual de Comércio - PAC, também do IBGE. Na análise da contribuição relativa de cada atividade para a taxa de variação dos Serviços, as atividades *Comércio por atacado e a varejo, exceto veículos automotores* (-1,0%) e *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (-0,4%) responderam por 1,4 ponto percentual dos 2,7% de queda observados no total do grupo Serviços.

Varição, em volume, do valor adicionado bruto a preços básicos, segundo as atividades econômicas 2015



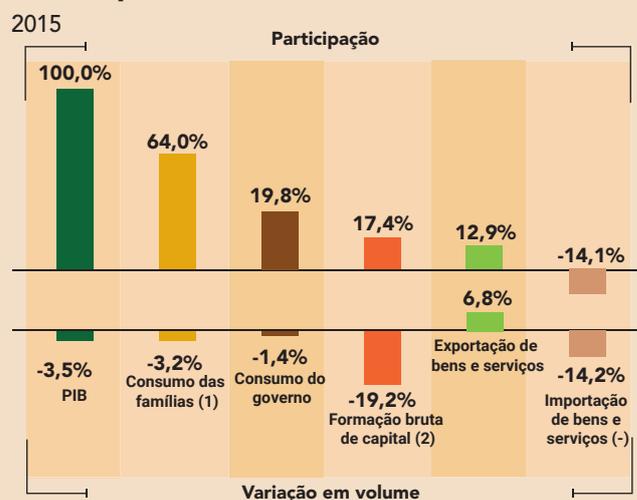
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O PIB pela ótica da demanda

Além da contribuição de cada atividade econômica para o PIB, uma forma alternativa de cálculo consiste em somar os componentes da demanda final, que são o consumo final, a formação bruta de capital, bem como as exportações de bens e serviços, e descontar o valor das importações. As despesas de consumo final registraram uma queda, em volume, de 2,8%, entre 2014 e 2015. O consumo das famílias, que possui o maior peso na demanda final, representando 62,5% do PIB, caiu 3,2%, em 2015, sendo a primeira redução observada desde 2003. O consumo do governo, por sua vez, diminuiu 1,4%, apresentando a primeira variação negativa desde 2000.

Outro componente da demanda final é a formação bruta de capital fixo, que, junto com a variação de estoques, compõe a formação bruta de capital. A formação bruta de capital fixo se subdivide em *construção, máquinas e equipamentos, produtos de propriedade intelectual*, e outros ativos fixos e registrou queda de 13,9%, em volume, em 2015, sendo que todos os seus componentes apresentaram variação negativa, com a maior redução sendo observada no segmento de máquinas e equipamentos (-22,3%). Segundo o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT, do IBGE, a tendência de queda da formação bruta de capital fixo também começou a ser observada antes (terceiro trimestre de 2014) da queda do consumo das famílias (segundo trimestre de 2015) e se acentuou ao longo do ano. A queda da formação bruta de capital fixo resultou em queda da taxa de investimento, que consiste na participação da formação bruta de capital fixo no PIB. A taxa de investimento de 2015 foi de 17,8%, representando uma redução de 2,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, e de 3,1 pontos percentuais em relação ao ponto máximo do período 2000-2015 (20,9%), atingido em 2013.

Participação e variação, em volume, de componentes da demanda final

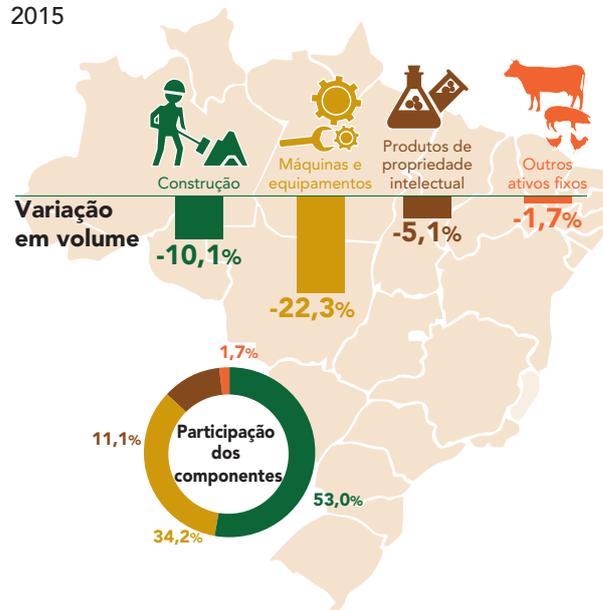


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
 (1) Inclui o consumo de Instituições sem fins de lucros a serviços das famílias.
 (2) Inclui o investimento e a variação de estoques.

O setor externo, por sua vez, contribuiu positivamente para o PIB em 2015. As exportações, beneficiadas pela desvalorização de 41,6% na taxa de câmbio (R\$/US\$), foram o único componente da demanda final a apresentar variação positiva, com aumento de 6,8%, em volume. As importações de bens e serviços diminuíram 14,2%, constituindo a maior queda percentual desde 1999.

Formação bruta de capital fixo, por componentes (%)

2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução da taxa de investimento (%)

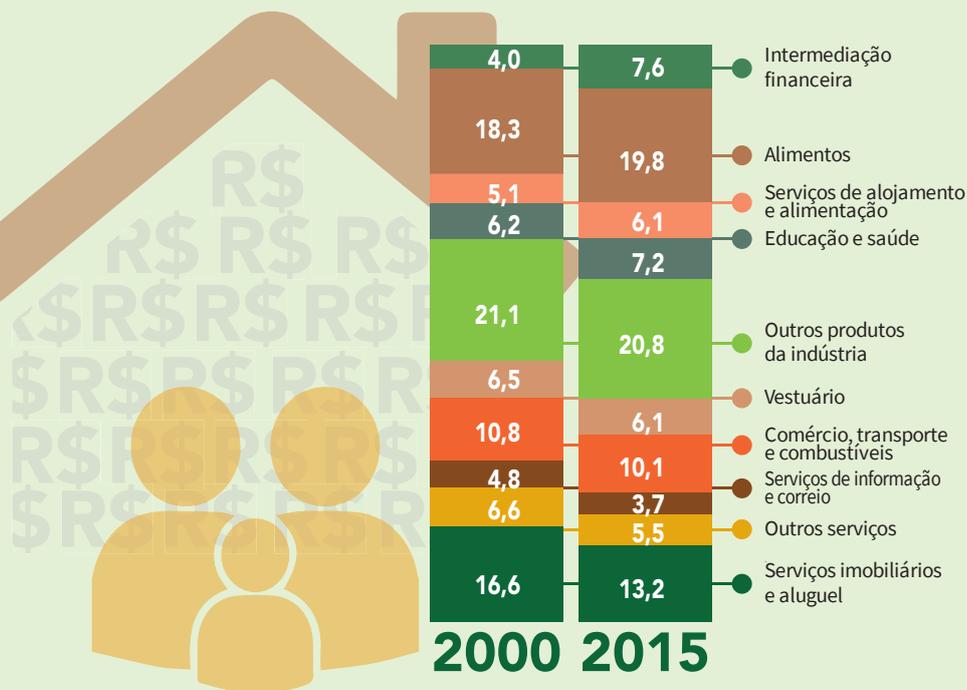
2000-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O consumo das famílias no período de 2000 a 2015 (%)

Entre 2000 e 2015, a despesa das famílias com consumo final de bens e serviços acumulou um crescimento de 63,1%, em volume. Esse acréscimo, porém, não foi uniforme, com o consumo de alguns produtos crescendo mais que o de outros. Essas diferenças de volume, assim como mudanças nos preços relativos, fizeram com que a cesta de consumo das famílias mudasse nesse período. O maior aumento de participação na cesta média das famílias ocorreu nos *Serviços de intermediação financeira*, que incluem os serviços de intermediação cobrados de forma indireta pelos bancos, na forma de diferencial de juros. A despesa com *Alimentos* também registrou aumento em sua participação, assim como a despesa com *Serviços de alojamento e alimentação*, que incluem hotéis, restaurantes, bares e afins. A maior queda de participação ocorreu nos *Serviços imobiliários e aluguel*, que, no Sistema de Contas Nacionais, incluem também o aluguel imputado, ou seja, uma estimativa do que os ocupantes de residências próprias pagariam de aluguel se morassem em imóveis alugados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O PIB pela ótica da renda

O PIB pela ótica da renda é medido pela soma dos rendimentos obtidos no processo de produção (remunerações dos empregados, excedente operacional bruto e rendimento misto), mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação.

Em 2015, a retração da economia repercutiu numa queda do excedente operacional bruto, que passou de 33,1%, em 2014, para 32,1%, em 2015. Em contrapartida, a remuneração dos trabalhadores manteve a trajetória de crescimento observada desde 2005, chegando a 44,6% do PIB em 2015. O rendimento misto, componente da renda com menor participação no PIB, e os impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação representavam, respectivamente, 8,3% e 15,0%.

Apesar do aumento da participação da remuneração no PIB em 2015, o número de ocupações registrou redução de 3,3%, que incidiu sobre todas as formas de inserção no mercado de trabalho. Em termos absolutos, tal redução correspondeu à perda de 3,5 milhões de ocupações, das quais 1,5 milhão com vínculo formal e 2 milhões sem vínculo formal. Com relação às atividades, o declínio foi observado em todas, à exceção das atividades imobiliárias. As atividades com variações negativas mais significativas foram registradas nas *Indústrias de transformação* (-5,9%) e na *Construção* (-5,6%).

Componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda 2014-2015

Componentes do Produto Interno Bruto	2014		2015	
	(R\$ bilhões)	(%)	(R\$ bilhões)	(%)
Produto Interno Bruto	5 779	100,0	5 996	100,0
Remuneração dos empregados	2 515	43,5	2 672	44,6
Rendimento misto bruto	489	8,5	499	8,3
Excedente operacional bruto	1 912	33,1	1 925	32,1
Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	862	14,9	899	15,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

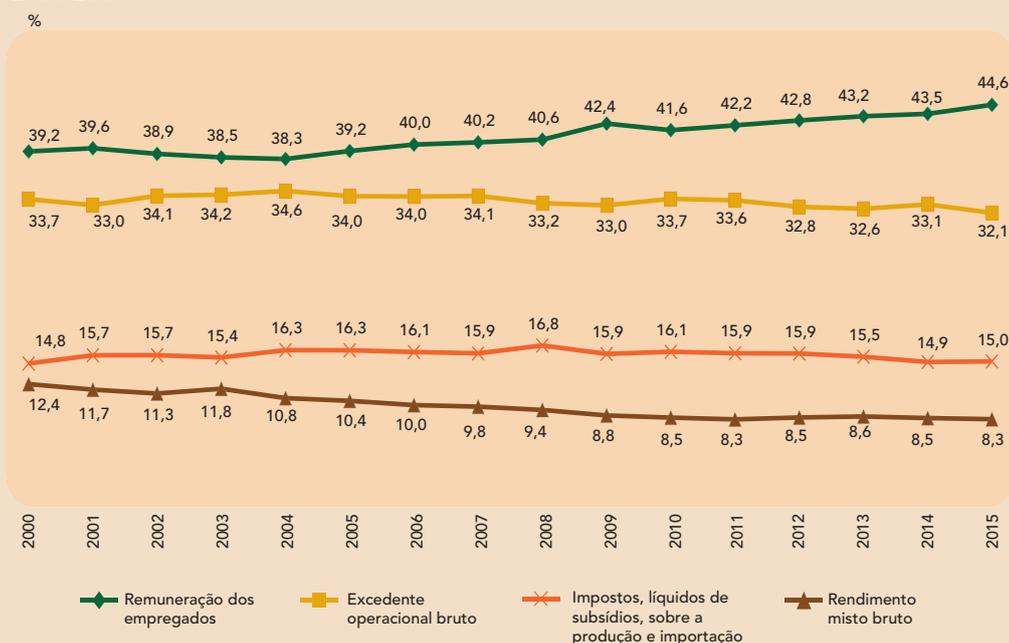
Ocupações, segundo a forma de inserção no mercado de trabalho 2014-2015

Forma de inserção no mercado de trabalho	2014		2015	
	(em milhares)	(%)	(em milhares)	(%)
Com vínculo formal	55 812	52,9	54 294	53,3
Sem carteira	17 662	16,7	16 438	16,1
Autônomos	31 999	30,3	31 213	30,6
Total	105 473	100,0	101 945	100,0

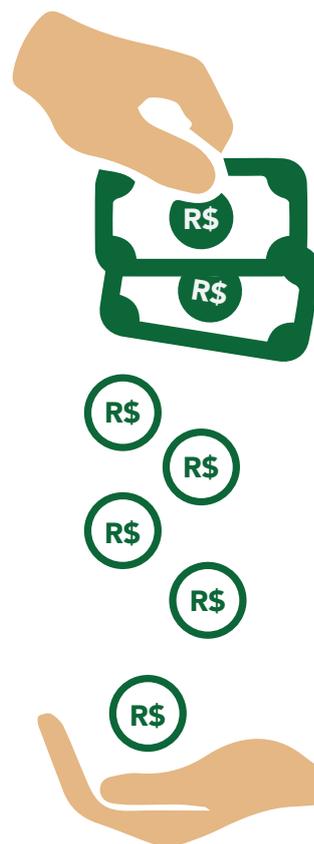
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução dos componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda (%) 2000-2015

2000-2015

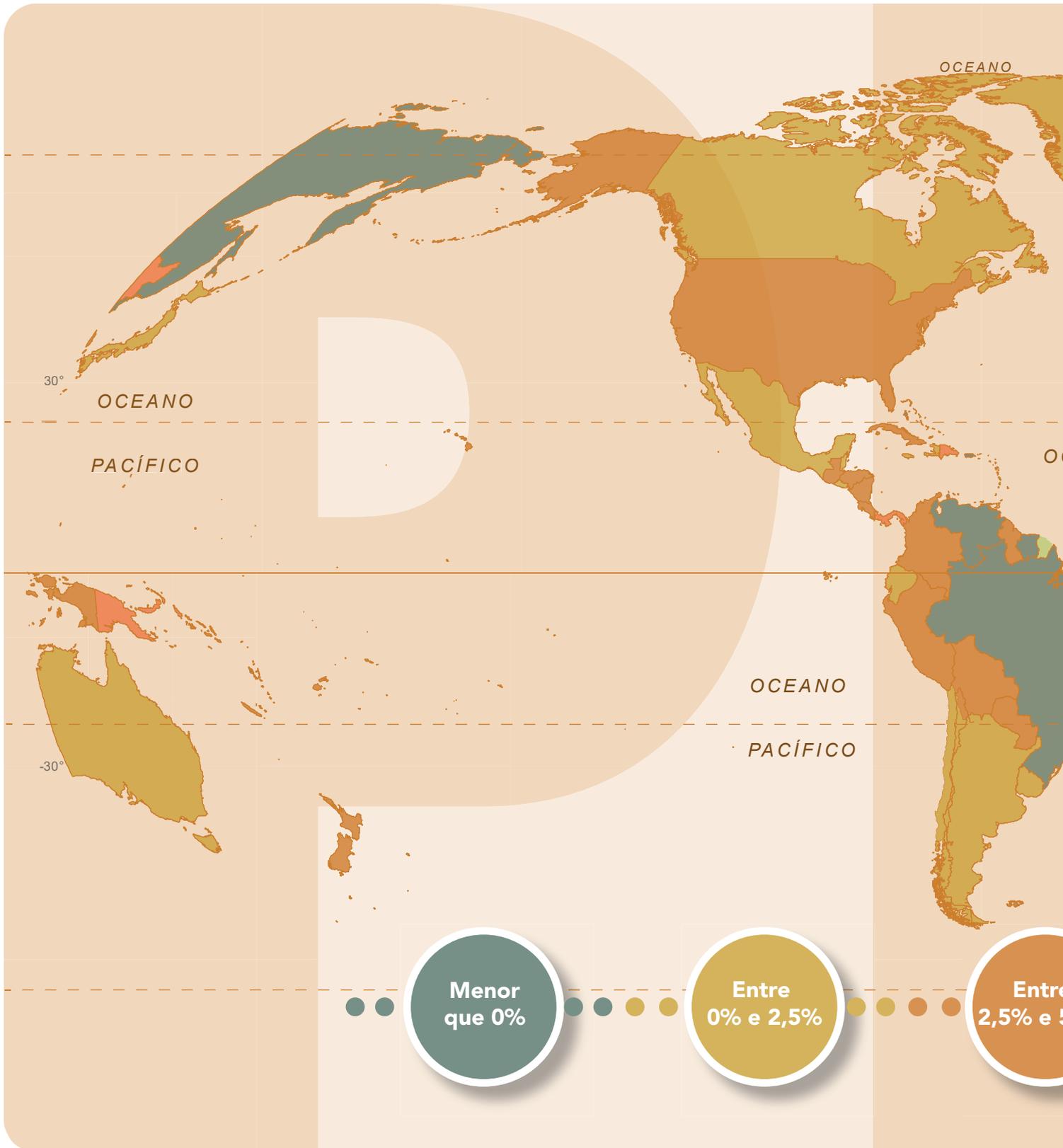


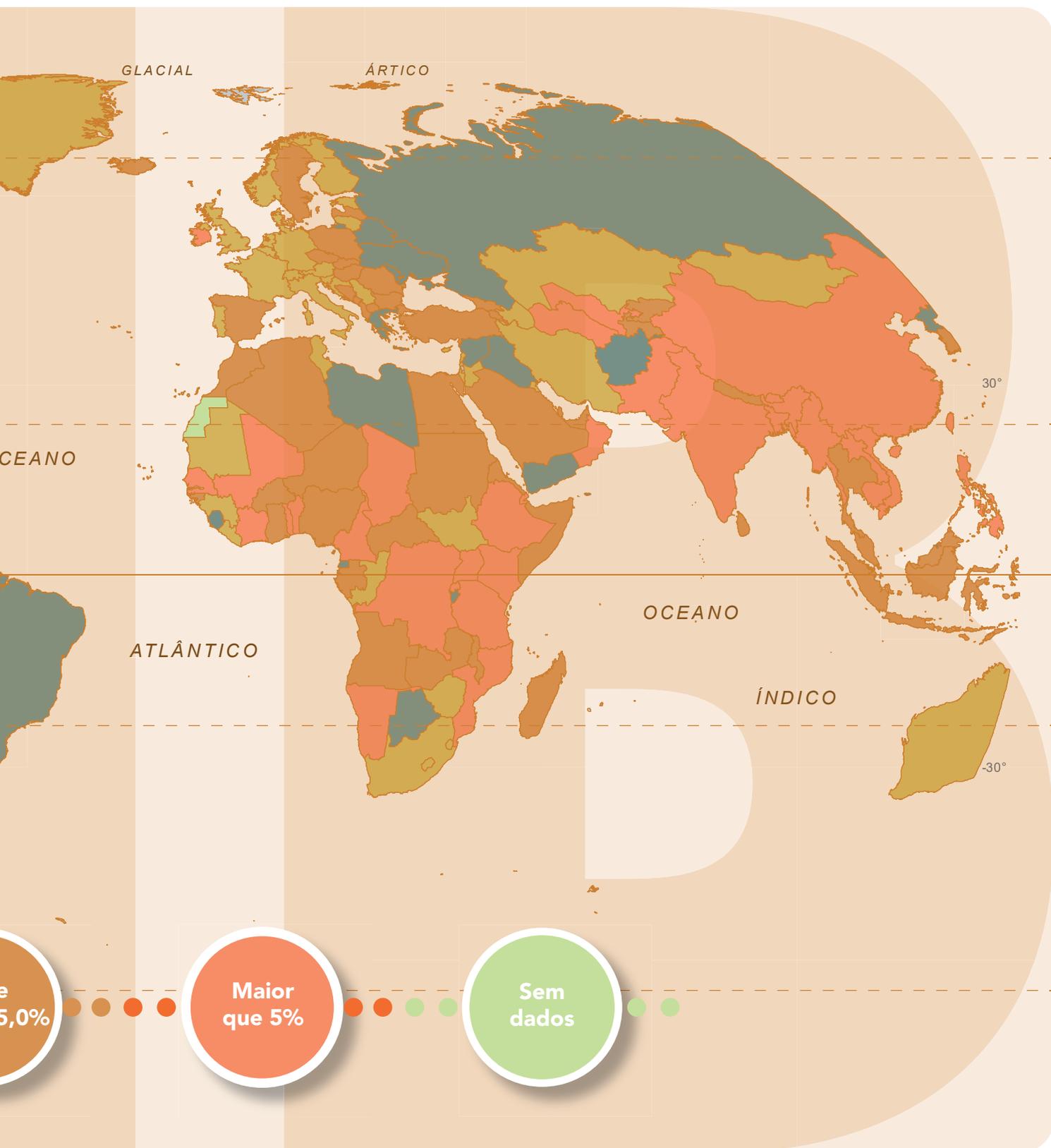
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.



Crescimento mundial do Produto Interno Bruto

2015





Setores institucionais

Em 2015, a necessidade líquida de financiamento da economia brasileira alcançou R\$ 188,7 bilhões, inferior, portanto, à registrada no ano anterior (R\$ 262,0 bilhões). A diminuição da necessidade de financiamento, entre os dois anos, foi influenciada pelo desempenho do comércio exterior, visto que as exportações de bens e serviços apresentaram um ritmo de crescimento mais acelerado em comparação às importações. O saldo externo de bens e serviços da economia brasileira evoluiu de um déficit de R\$ 153,8 bilhões, em 2014, para um déficit de R\$ 69,1 bilhões, no ano seguinte. Esse resultado foi parcialmente contrabalançado pelo incremento do envio de rendas de propriedade para o resto do mundo, de R\$ 115,2 bilhões, em 2014, para R\$ 130,6 bilhões, em 2015.

Empresas não financeiras

Na história recente do País, o **setor empresas não financeiras**, quando defrontado com um ambiente macroeconômico adverso, tem promovido forte ajuste em seus dispêndios. Ademais, buscou-se

evitar o expressivo aumento do custo do crédito, que normalmente ocorre nesses períodos. Foi assim em 2003, 2009, 2014 e, de forma mais significativa, em 2015.

Em 2015, pela primeira vez na série iniciada em 2000, houve redução do excedente operacional bruto das empresas não financeiras, em função da estabilidade do valor adicionado bruto e do crescimento de 5,4% da remuneração dos empregados. A poupança bruta também apresentou sua pior queda no período. Nessas circunstâncias adversas, o ajuste das contas ocorreu, principalmente, via redução de investimentos e estoques. De fato, a formação bruta de capital fixo, que já havia mostrado um desempenho ruim em 2014, caiu 7,2%, enquanto a variação de estoques passou a ser negativa. Em ambos os casos, foram os piores resultados registrados para as empresas não financeiras na série. Tais fatos fizeram com que a relação necessidade de financiamento/valor adicionado bruto ficasse praticamente próxima a zero, comportamento este inédito na série 2000-2015.

Capacidade(+) / Necessidade(-) líquida de financiamento da economia

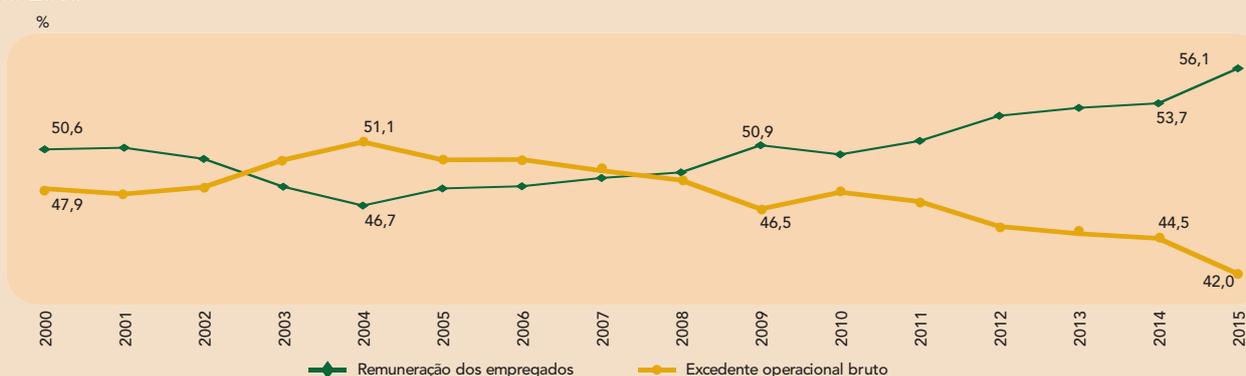
2000-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução da remuneração dos empregados e do excedente operacional bruto em relação ao valor adicionado bruto das empresas não financeiras (%)

2000-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento em relação ao Valor Adicionado Bruto das empresas não financeiras (%)

2000-2015

%



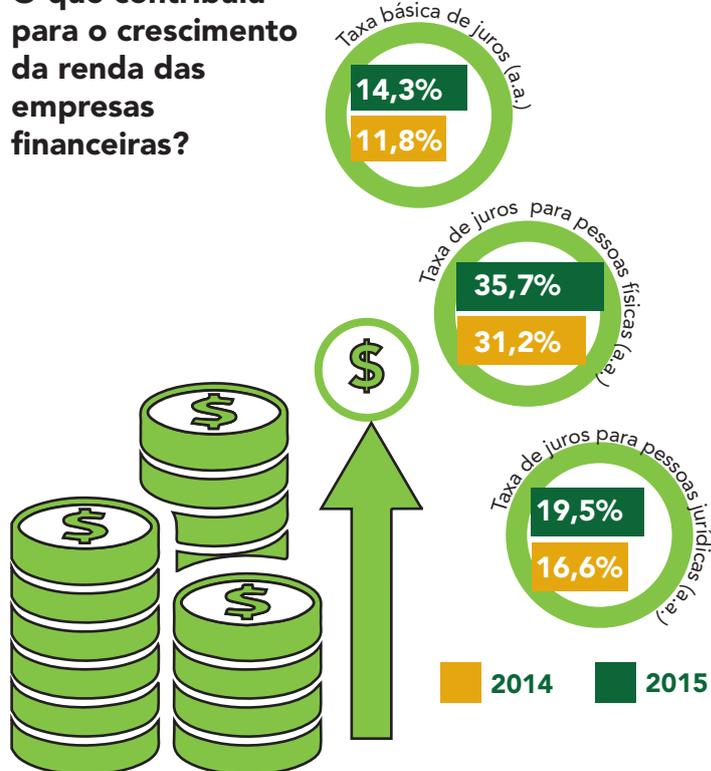
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Empresas financeiras

Por outro lado, no caso do **setor empresas financeiras**, o valor adicionado bruto apresentou, em 2015, um crescimento de 14,7% em relação a 2014, alcançando R\$ 363 bilhões.

Um dos fatores que contribuíram favoravelmente para o crescimento da renda gerada foi o aumento da taxa básica de juros (Selic), de 11,8% ao ano (a.a.), em 2014, para 14,3% a.a., em 2015, devido à preocupação com a inflação, que estava em patamar elevado nesse ano. Como reflexo, a taxa de juros das operações de crédito do sistema financeiro para pessoas físicas atingiu 35,7% a.a. (ante 31,2% a.a. em 2014), e, para pessoas jurídicas, 19,5% a.a. (ante 16,6% a.a. em 2014). Os bancos mantiveram cautela na condução das operações de crédito, com crescimento de 6,7%, em 2015, contra 11,3%, em 2014. Apesar de mais seletivo, o crédito seguiu como um dos pontos mais importantes nos resultados das instituições financeiras. Ademais, houve o crescimento das receitas de prestação de serviços pelo sistema financeiro, da ordem de 8,8% em 2015. Na conta de rendas de propriedade, a melhora do resultado líquido em relação a 2014 deveu-se, principalmente, ao resultado dos juros. O subsetor de seguros, previdência e planos de saúde também contribuiu para o desempenho favorável do setor de empresas financeiras em 2015. Como consequência, o setor apresentou um aumento da capacidade de financiamento, que passou de R\$ 102,9 bilhões, em 2014, para R\$ 155,2 bilhões, em 2015.

O que contribuiu para o crescimento da renda das empresas financeiras?

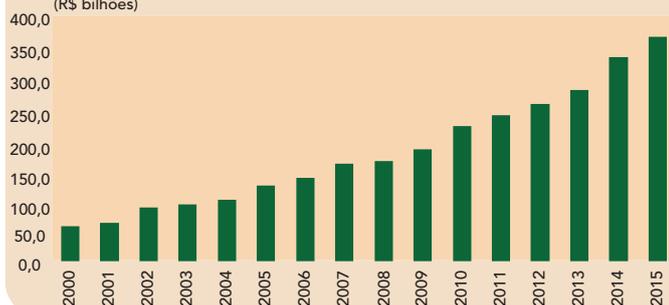


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Valor adicionado bruto das empresas financeiras

2000-2015

(R\$ bilhões)

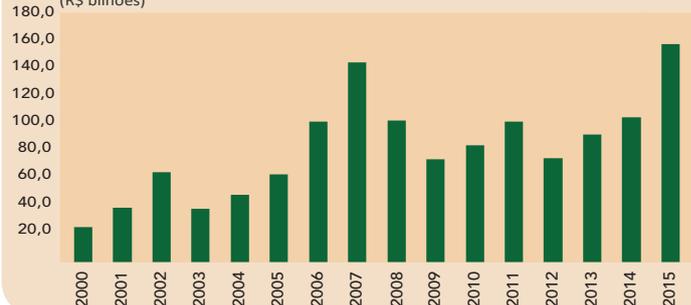


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento das empresas financeiras

2000-2015

(R\$ bilhões)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

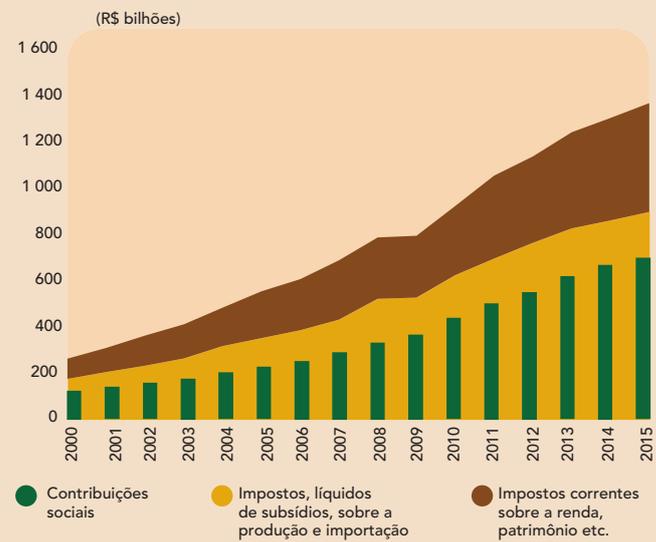
Governo

A produção do **setor governo**, em 2015, foi de R\$ 1,2 trilhão, com R\$ 322 bilhões de consumo intermediário e R\$ 885 bilhões de valor adicionado (8,4% de crescimento nominal em relação a 2014), ampliando a participação do setor no valor adicionado bruto da economia, de 16,4% para 17,2%.

A receita de impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação registrou queda de 0,5% em relação ao total dos tributos recebidos pelo governo, apesar das recomposições de alíquotas praticadas no IPI, PIS/COFINS, CIDE (no âmbito federal) e ICMS (no âmbito estadual). Por outro lado, os impostos sobre a renda, patrimônio etc. ganharam participação de cerca de 0,4%, devido, em parte, aos aumentos ocorridos no IPTU e no IPVA dos entes subnacionais, bem como ao reajuste na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, aumento este menor que a inflação observada no mesmo período.

O saldo das rendas primárias, pela primeira vez na série, apresentou decréscimo, passando de R\$ 755 bilhões, em 2014, para R\$ 660 bilhões, em 2015 (-12,4%). Esse resultado decorreu da redução do ritmo de crescimento dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação (-4,2%), aliado às rendas líquidas de propriedade, que acentuaram o saldo negativo, registrando uma diminuição de R\$ 326 bilhões em 2015 (variação de 76,1% contra 2014). O principal componente que explica o comportamento das rendas líquidas de propriedade foi o aumento do pagamento de juros, que mostrou 34,5% de crescimento de 2014 para 2015. Vale destacar, também, a queda na receita de dividendos (-34,8%) e ren-

Evolução dos impostos e contribuições sociais 2000-2015

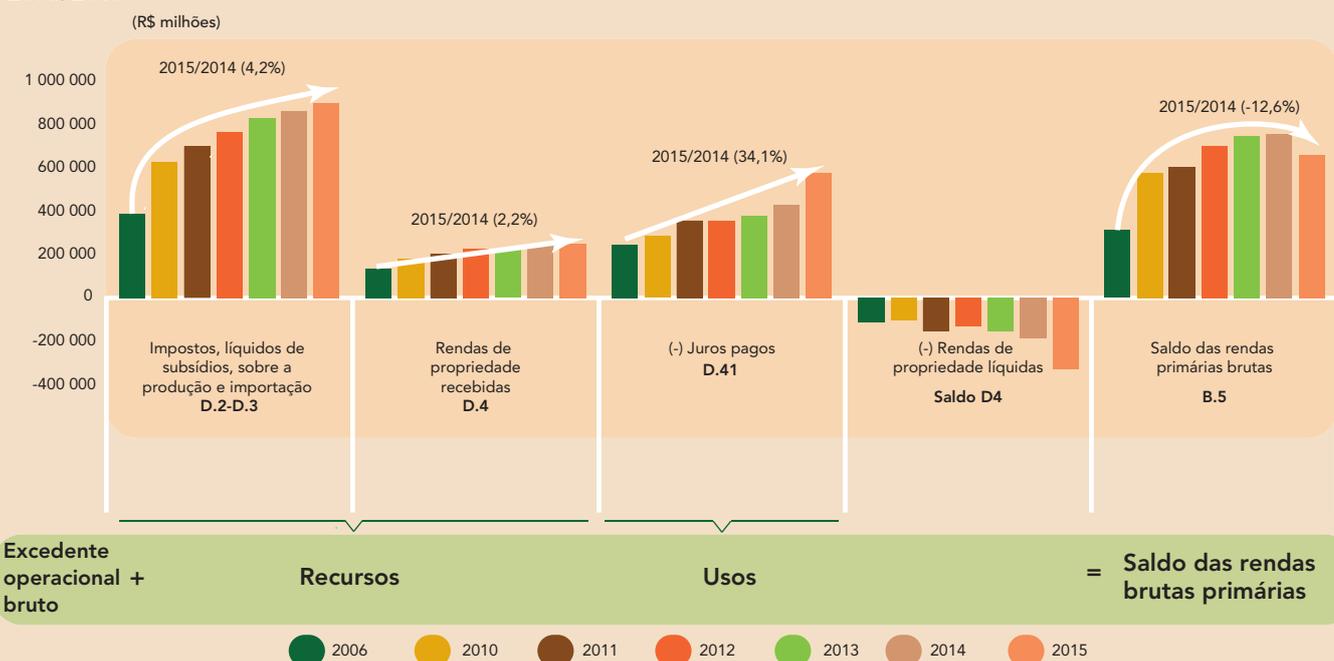


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

da de recursos naturais (-23,1%), que contribuiram para o resultado inferior do saldo das rendas primárias governamentais.

Como reflexo da situação fiscal do governo, a formação bruta de capital fixo passou de R\$ 171 bilhões, em 2014, para R\$ 136 bilhões, em 2015, registrando uma queda de mais de 20%. A queda dos investimentos foi observada em todas as esferas de governo.

Evolução e composição do saldo das rendas primárias do setor Governo Geral 2006/2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Famílias

A principal fonte de renda do **setor famílias** é a remuneração dos empregados, paga, principalmente, por empresas e governo. As famílias também podem ter rendimentos da própria produção, como no caso de autônomos e de trabalhadores por conta própria. Ao somar essas rendas a outras remunerações e transferências e subtrair pagamentos, como despesas com juros e contribuições sociais, chega-se à renda disponível das famílias.

A participação da remuneração na renda disponível cresceu até 2008, registrou queda em 2009, retomou a tendência de aumento em 2010, estabilizando-se em torno de 64,9%, em média, entre 2010 e 2015.

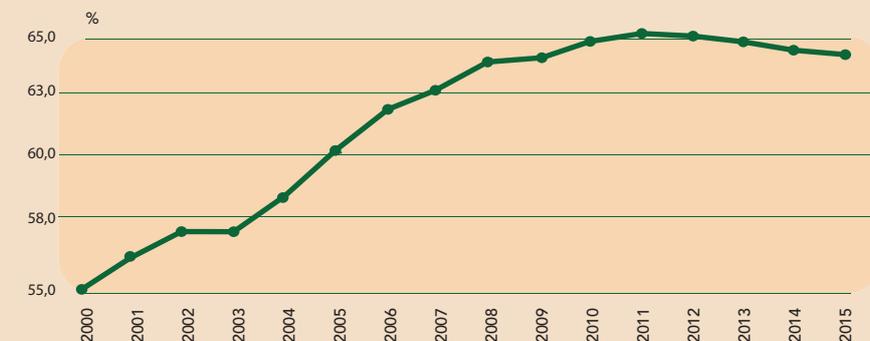
A renda consumida (consumo final das famílias/renda disponível) mostrou movimento de crescimento até 2008 e caiu em 2009, oscilando em torno de 91,0% entre 2010 e 2015.

Como a poupança é a diferença entre a renda disponível e o consumo final das famílias, a trajetória da relação poupança/renda disponível tem uma tendência inversa à da relação consumo final/renda disponível.

Após um aumento na parte da renda disponível que as famílias pouparam, em 2002, houve queda em todos os anos seguintes até 2009, quando a poupança das famílias se estabilizou em torno de 10,6% de sua renda disponível. Em 2015, o consumo das famílias registrou queda em termos reais, e seu aumento nominal, incluindo acréscimos de preços, foi menor que o da renda disponível. A poupança das famílias, então, aumentou, representando 12,0% de sua renda disponível nesse ano.

Participação da remuneração dos empregados na renda disponível das famílias (%)

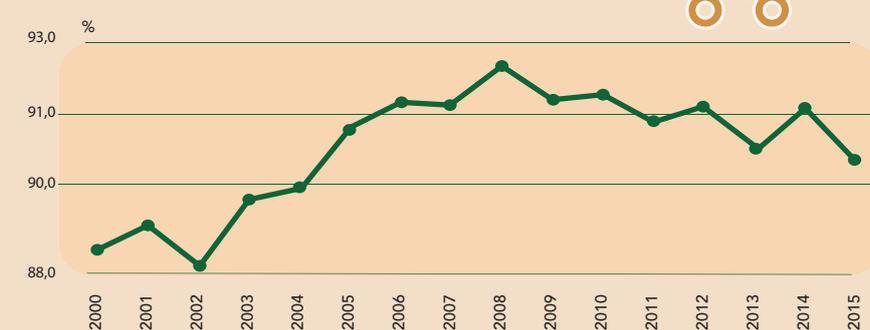
2000-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Participação do consumo final das famílias na renda disponível (%)

2000-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Participação da poupança na renda disponível das famílias (%)

2000-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Visão sintética do panorama econômico nacional, segundo os principais indicadores 2010-2015

Principais indicadores	Visão sintética do panorama econômico nacional					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Produção e renda						
Produção						
PIB (variação percentual em volume)	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	(-) 3,5
PIB (1 000 000 000 R\$)	3 885,8	4 376,4	4 814,8	5 331,6	5 779,0	5 995,8
PIB per capita (R\$)	19 877,66	22 170,83	24 165,05	26 520,04	28 498,23	29 323,58
Ótica da produção (variação percentual em volume)						
Valor adicionado bruto da agropecuária	6,7	5,6	(-) 3,1	8,4	2,8	3,3
Valor adicionado bruto da indústria	10,2	4,1	(-) 0,7	2,2	(-) 1,5	(-) 5,8
Valor adicionado bruto dos serviços	6,5	3,5	2,9	2,8	1,0	(-) 2,7
Ótica da demanda (variação percentual em volume)						
Despesa de consumo final	5,7	4,2	3,2	3,0	1,9	(-) 2,8
Formação bruta de capital fixo - FBCF	17,9	6,8	0,8	5,8	(-) 4,2	(-) 13,9
Exportação de bens e serviços	11,7	4,8	0,3	2,4	(-) 1,1	6,8
Importação de bens e serviços	33,6	9,4	0,7	7,2	(-) 1,9	(-) 14,2
Renda, poupança e investimento (%)						
Poupança/PIB	17,9	18,6	18,0	18,3	16,0	14,2
Taxa de investimento - FBCF/PIB	20,5	20,6	20,7	20,9	19,9	17,8
Poupança/renda disponível bruta	18,5	19,0	18,4	18,5	16,3	14,5
Taxa de autofinanciamento - poupança/FBCF	87,4	90,0	87,1	87,6	80,5	79,8
Remuneração dos empregados/PIB	41,6	42,2	42,8	43,2	43,5	44,6
Excedente operacional bruto + rendimento misto bruto/PIB	42,2	41,9	41,3	41,2	41,6	40,4
Capacidade (+) ou Necessidade (-) líquida de financiamento/PIB	(-) 3,8	(-) 3,3	(-) 3,4	(-) 3,4	(-) 4,5	(-) 3,1
Setor externo						
Saldo em transações correntes (1 000 000 000 US\$) (1)	(-) 75,8	(-) 77,0	(-) 74,2	(-) 74,8	(-) 104,2	(-) 59,4
Grau de abertura da economia: (importações + exportações)/PIB (%)	22,5	23,7	24,8	25,6	24,7	27,0
Investimento Direto no País - IDP (1 000 000 000 US\$) (1)	88,5	101,2	86,6	69,7	97,2	74,7
Investimento estrangeiro em carteira (1 000 000 000 US\$) (1)	71,6	24,4	23,2	41,3	41,2	18,7
Reservas internacionais (1 000 000 000 US\$) (1)	288,6	352,0	373,1	358,8	363,6	356,5
Política monetária, câmbio e preços						
IPCA (%) (2)	5,0	6,6	5,4	6,2	6,3	9,0
Taxa de juros SELIC (%) (1)	9,7	11,6	8,5	8,2	10,9	13,4
Taxa de câmbio (R\$/US\$) (1)	1,76	1,67	1,95	2,16	2,35	3,33
Trabalho						
Variação do número de ocupações (%)	1,6	1,5	1,4	1,6	2,9	(-) 0,6
Finanças públicas (%)						
Carga tributária bruta (impostos + contribuições/PIB) (3)	33,1	33,9	33,5	33,5	32,8	33,0
Carga tributária líquida/Produto Interno Bruto (4)	18,9	19,6	18,6	18,1	16,7	16,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Dados obtidos do Banco Central do Brasil. (2) Média dos preços no ano, contra média do ano anterior. (3) Não inclui as contribuições sociais imputadas. (4) Desconta, da carga tributária bruta, os subsídios, benefícios e transferências às Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Elaboração do mapa

Diretoria de Geociências,
Coordenação de Geografia

Ilustrações

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Pixabay.com

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial



www.ibge.gov.br 0800-721-8181

